

JOSÉ M. AMADO MENDES

**TRÁS-OS-MONTES NOS FINAIS DO SÉC. XVIII**

Edição

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



Série  
"ESTUDOS"



JOSÉ M. AMADO MENDES

TRÁS-OS-MONTES NOS FINAIS DO SÉC. XVIII

(Alguns Aspectos Económico-Sociais)



Título:  
Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (Alguns Aspectos Económico-Sociais)

1.<sup>a</sup> Edição:  
In Revista "Estudos Contemporâneos" n.º 1 Porto (1980)

Autor:  
José M. Amado Mendes

Edição:  
Instituto Politécnico de Bragança  
Apartado 38 - 5300 Bragança

Ano: 1985

Tiragem: 1000 exemplares

Composição e impressão:  
Tip. Académica-Bragança

Distribuição:  
Instituto Politécnico de Bragança

(Estudo reproduzido devido à amável gentileza da Revista "Estudos Contemporâneos").

## NOTA PRÉVIA

Nos Termos do Decreto-Lei n. 513-T/79 de 29 de Dezembro compete às Escolas Superiores de Educação formar educadores de infância professores dos ensinos primário e preparatório, cabendo-lhe ainda um papel importante no que concerne à formação em serviço e, bem assim à actualização e reciclagem de docentes e profissionais de educação, por forma a dotar o País com os profissionais de perfil adequado de que este carece para o seu desenvolvimento.

Compete ainda ao Ensino Superior Politécnico colaborar directamente no desenvolvimento cultural da região em que se encontra inserido, apoiar pedagogicamente os organismos de educação e de educação permanente e prestar serviços à comunidade, como forma de contribuição para a resolução de problemas, sobretudo de carácter regional, nela existentes. Daqui o pensamento que vem frutificando em Portugal duma função progressiva do Ensino Superior "em relação a um dado território, pelos problemas que toma sobre si, para objecto de estudo ou conteúdo do seu próprio ensino, para reflexão e pesquisa" — como salientaram Nuno Portas e Martins Barata (1968) — aplicada à sua localização e ligação ao meio.

Também a ênfase posta na actualização das funções do Ensino Superior não pode fazer esquecer as suas ligações com a investigação e com os Institutos onde, como consequência do trabalho realizado ou em curso, também se faz ensino (Leite Pinto, 1968).

Ao encontro deste pensamento a regionalização do Ensino Superior vem dotando o País de uma rede de estruturas com fortes potencialidades científicas, verdadeiramente complementares em face da, ainda, insuficiente descentralização dos Institutos de investigação existentes.

A trilogia – ensino, investigação e extensão (apoio à comunidade) – condiciona assim o desenvolvimento de uma acção escolar e de investigação científica, como parte integrante da acção pedagógica. A função de investigação não será apenas a de encontrar soluções para os problemas nacionais e/ou regionais, mas também a de incentivar os estudantes a pensar com imaginação e a utilizar a metodologia científica mais adequada.

A publicação do presente estudo como iniciativa da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação de Bragança enquadra-se nestes objectivos, permitindo conhecer a identidade própria de uma região, visando, assim, servir e estimular os discentes e docentes no processo de criação de conhecimento.

Espera-se assim continuar a ligação da Escola Superior de Educação com entidades nacionais e internacionais que permitam um conhecimento adequado da realidade regional.

\*

Os nossos agradecimentos sinceros ao Professor Doutor José Amado Mendes que, tão prontamente, anuiu à nossa solicitação e à direcção da Revista "Estudos Contemporâneos" pelas facilidades concedidas para a reedição do presente estudo.

Joaquim Lima Pereira  
Prof. Cat.

## NOTA À 2.<sup>a</sup> EDIÇÃO

A moderna historiografia tem vindo a sublinhar, nas últimas décadas, a importância dos estudos de índole regional e local. Para além da já clássica *monografia*, de larga tradição, tem-se procurado, por um lado, estudar pequenas áreas, segundo uma metodologia actualizada — com o recurso, por exemplo, às diversas ciências sociais, à quantificação e ao alargamento temático da pesquisa — e, por outro lado, integrar os estudos monográficos na investigação sobre áreas mais amplas, de carácter nacional ou mesmo internacional. Entre nós, esta frutuosa tendência ainda não revelou resultados muito palpáveis. Todavia, já se vai fazendo sentir, pelo que é de acarinhar toda a acção tendente a estimulá-la.

Como se verifica pela simples consulta das diversas *Histórias de Portugal*, a escassez de estudos com as características apontadas, relativamente a algumas regiões — em especial, as desprovidas de centros urbanos de dimensões ou influências consideráveis —, tem levado frequentemente os historiadores a proceder a generalizações excessivas ou a omissões susceptíveis de induzir em erro. Assim, não só se dificulta a compreensão dos "microcosmos" regionais e locais, como ainda se subvaloriza o papel efectivamente desempenhado por aqueles, no contexto mais geral em que se inserem.

A presente publicação, como outras de igual jaez, ao divulgar de forma mais alargada este estudo sobre a região transmontana, poderá contribuir para um conhecimento mais profundo e completo da problemática histórica do homem e da sociedade do Nordeste, frequentemente esquecida pelos órgãos centrais de decisão, por vezes deficientemente informados acerca de regiões periféricas como esta. A história traz-nos múltiplos exemplos de áreas em que, não obstante a adversidade das suas características geo-climáticas, coube ao homem uma acção decisiva sobre a realidade pré-existente, afastando assim a noção de um fatalismo determinista que alguns ousam admitir.

Este breve estudo sobre Trás-os-Montes, ora reeditado, e outro de maior fôlego entretanto por nós dado à estampa, adiante várias vezes referido — TRÁS-OS-MONTES NOS FINS DO SÉCULO XVIII. SEGUNDO UM MANUSCRITO DE 1796. Coimbra, INIC, 1981 —, permitem não apenas conhecer mais *de perto* a província transmon-

tana de há cerca de dois séculos, como facilitam ainda o avaliar do(s) progresso(s) na área em questão, a partir dessa altura. Efectivamente, se em alguns domínios a evolução é incontestável — culturas da batata, da oliveira e do milho, expansão do pinheiro bravo e arroteamento de terrenos incultos —, outros há em que a decadência foi considerável — têxtil, em particular a indústria da seda, na altura ainda progressiva, curtimenta, moagem tradicional, etc. — ou que tiveram um desenvolvimento insuficiente — sistemas de transportes e comunicações, de ensino e de exploração mineira. Ao esgotamento de muitas actividades extractivas e transformadoras tradicionais, típicas do Antigo Regime, só raramente sucederia a activação e instalação de unidades de tipo moderno. De modo análogo, os transportes tradicionais — fluviais e terrestres — nem sempre tiveram a substituí-los redes de transportes — ferroviários e rodoviários — adequadas às novas necessidades sócioeconómicas e culturais, pelo que o isolamento relativo, denunciado pelos autores do final de Setecentos, ainda não foi totalmente eliminado. Por último, a saída de jovens da província, em busca de estabelecimentos de ensino médio e superior — no final do século XVIII —, prolongar-se-ia por mais tempo do que seria aconselhável, até que, desde há algum tempo, se tem tentado solucionar o problema, com a criação de alguns novos estabelecimentos na área transmontana.

Não nos cabe fazer previsões, nem tão-pouco sugerir iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento regional transmontano. Contudo, não resistimos à tentação de formular a seguinte pergunta: a preparação de um futuro, com maior equilíbrio entre as partes do todo nacional, não se tornará mais fácil e promissora, após uma análise lúcida e objectiva, dos factores regionais e locais de estrangulamento, à luz da experiência do passado?

Coimbra, 14 de Fevereiro de 1985

J. Amado Mendes

### 1. Na transição de Setecentos para Oitocentos

Os fins do século XVIII e inícios do XIX foram assinalados por um número considerável de iniciativas — de que nos ficaram vários testemunhos —, cujo estudo é fundamental para uma melhor compreensão do período. Se é certo não poderem ser esquecidas as transformações operadas nos vários domínios durante os três primeiros quartéis de Setecentos, como tem sido salientado em vários estudos,<sup>1</sup> não é menos verdade que foi no último quartel daquela centúria e primeiras décadas da seguinte que acções de maior vulto foram levadas a cabo, no intuito de se obter um melhor conhecimento do País. Ter-se-ão conjugado, nesse período, duas ordens de factores: uns internos, resultantes da pró-

---

1. Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte I, t. I (1695-1735), Rio de Janeiro, 1952, pp. 273-321; Luís Ferrand de Almeida, *O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V*, «Revista Portuguesa de História», t. X, 1962, pp. 203-256; José Sebastião da Silva Dias, *Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII)*, «Biblos», vol. XXVIII, 1952, pp. 203-498; *O ecletismo em Portugal no século XVIII. Génese e destino de uma atitude científica*, «Revista Portuguesa de Pedagogia», nova série, ano VI, 1972, pp. 3-24; Jorge Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1963; *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Porto, 1951; *Vias de expressão da sociedade portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, «Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa», n.º 1, Lisboa, 1966, pp. 120-133.

pria dinâmica do processo evolutivo português — ao longo dos reinados de D. João V e de D. José, com destaque para a acção governativa pombalina<sup>2</sup> — e outros externos, favorecidos pela conjuntura internacional — Revoluções americana<sup>3</sup> e francesa e respectivas consequências.<sup>4</sup> Trata-se, no fundo, da evolução das condições da realidade histórica portuguesa, inserida num determinado «complexo histórico-geográfico»,<sup>5</sup> que como que prenunciavam a Revolução liberal de 1820 e a própria independência do Brasil, dois anos mais tarde.<sup>6</sup> De entre as iniciativas levadas a cabo salientamos:

1.1 A fundação da Academia Real das Ciências, em 1779, cuja acção no levantamento dos recursos nacionais e mesmo na elaboração de propostas tendentes a transformar a realidade — sobretudo económica e científica — não é demais enaltecer.<sup>7</sup> As célebres *Memórias Económicas*,<sup>8</sup> além de várias outras publica-

---

2. Ver os trabalhos de J. Borges de Macedo, já citados. Como reconheceu o próprio Oliveira Martins: «No reinado de D. Maria I, apesar da reacção beata e do ódio ao marquês de Pombal, julgava-se necessário continuar o movimento de organização e fomento do reino» (*História de Portugal*, 16.ª ed., Lisboa, 1972, p. 508).

3. Ver Luís A. de Oliveira Ramos, *Repercussões em Portugal da Independência dos Estados Unidos*, «Bracara Augusta», vol. XXXII, n.º 73-74 (85-86), ano de 1978 (Janeiro-Dezembro), pp. 267-288.

4. Ver Jacques Godechot, *Les Révolutions (1770-1799)*, Paris, 1970.

5. Sobre esta expressão, ver o artigo de Vitorino Magalhães Godinho, no *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1963, pp. 644-649.

6. Ver, entre outras, as seguintes obras: Julião Soares de Azevedo, *Condições económicas da Revolução portuguesa de 1820*, 2.ª ed., Lisboa, 1976; Fernando Piteira Santos, *Geografia e economia da Revolução de 1820*, 2.ª ed., Lisboa, 1975; Manuel Fernandes Tomás, *A Revolução de 1820*. Recolha, prefácio e notas de José Tengarrinha, Lisboa, 1974; Victor de Sá, *A crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, 2.ª ed., Lisboa, 1974.

7. Ver Fidelino de Figueiredo, *O que é a Academia das Ciências de Lisboa, (1779-1915)*, sep. do n.º 16 da «Revista de História», vol. IV, 1915; Moses Bensabat Amzalak, *Os estudos económicos da academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, s.d.

8. *Memórias Económicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, 5 ts., Lisboa, 1789, 1790, 1791, 1812 e 1815. Sobre esta obra ver os trabalhos de M. Bensabat Amzalak, *A Economia Política em Portugal. O Fisiocratismo. As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores*, Lisboa, 1922; *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa, 1928, especialmente pp. 28-32 e 105-111.

ções da Academia,<sup>9</sup> constituem um manancial de informações de valor inestimável para o estudo da época.

1.2 Além das publicações da Academia, que como bem notou A. Silbert «[...] n'a pas le monopole de la littérature économique»,<sup>10</sup> outras merecem referência, tais como *O Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819), *A Gazeta de Agricultura* (1812-1813) e o *Jornal de Coimbra* (1812-1820).<sup>11</sup>

1.3 Pela parte do Governo foram elaborados dois censos, um em 1798<sup>12</sup> e outro em 1801,<sup>13</sup> que contribuíram significativamente para um melhor conhecimento da população do País na transição de Setecentos para Oitocentos.

1.4 Entretanto, a partir de 1810 eram publicados alguns diplomas legais<sup>14</sup> — a fim de se alterar o estado decadente em que se encontrava a agricultura —, cuja leitura fornece alguns elementos com interesse. Tratou-se, efectivamente, de uma pré-reforma,<sup>15</sup> ainda que de alcance imediato assaz limitado.<sup>16</sup>

1.5 Por último, refira-se a nomeação e actividade dos «juízes demarcantes» das comarcas do Reino, na última década do século

---

9. Aos trabalhos publicados, há ainda a acrescentar muitos outros que não chegaram a ser dados à estampa e cujos manuscritos se encontram na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, cuja publicação já fora preconizada por M. Bensabat Amzalak há mais de meio século (*Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, cit., pp. 32-33). Preparamos um trabalho onde trataremos de um desses manuscritos. Ver *Revista Portuguesa de História*, t. XVIII, no prelo.

10. Albert Silbert, *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortès Libérales (1821-1823)*, Paris, 1968, p. 22.

11. Idem, *ibidem*. O *Jornal de Coimbra* publicou-se de 1812 a 1820 e não de 1812 a 1814, como se indica na obra citada.

12. *A população de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*. Com intr. de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, 1970.

13. *Subsídios para a história da Estatística em Portugal*. I — *Cadastro do Reino. 1801-1812*; II — *Táboas topográficas e estatísticas. 1801*, Lisboa, 1945-1948.

14. A carta régia de 7 de Março de 1810, a portaria de 17 de Outubro de 1812 e o alvará de 11 de Abril de 1815.

15. Cf. A. Silbert, *ob. cit.*, pp. 22-24.

16. Como aliás vem expresso num dos diplomas, tudo se devia fazer lentamente, «[...] para que de taes operações resulte todo o bem, sem se sentir inconveniente algum» (carta régia de 7 de Março de 1810).

XVIII,<sup>17</sup>, as quais não têm merecido a devida atenção dos historiadores, provavelmente por uma parte considerável da documentação elaborada ou compilada por aqueles juizes ainda se encontrar inédita.<sup>18</sup>

Como se pode verificar pela observação directa do acervo documental indicado, confirmada, aliás, por outra fonte, a documentação, remetida às Cortes pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, por aviso da Regência datado de 17 de Março de 1821,<sup>19</sup> refere-se às seis províncias em que o País então se dividia.<sup>20</sup> Contudo, das fontes provenientes dos trabalhos de demarcação, apenas se encontram publicadas algumas relativas à Estremadura,<sup>21</sup> ao Minho<sup>22</sup> e, em resumo, a Trás-os-Montes.<sup>23</sup>

## 2. Fontes para a história trasmontana

2.1 É, aliás, sobre a província do Nordeste que, por uma espécie de compensação ocasional em relação ao seu isolamento — físico, económico (excluindo, talvez, a região vinhateira duriense),

---

17. A nova divisão comarcã impunha-se devido às alterações introduzidas pela lei de 19 de Julho de 1790 e pelo alvará de 7 de Janeiro de 1792, nomeadamente no que concerne à extinção das ouvidorias e à criação de novas comarcas.

18. Documentação manuscrita, existente no AAR (Arquivo da Assembleia da República), cxs. 101 a 110. Para este importante núcleo documental, que havíamos compulsado e utilizado parcialmente aquando da preparação do nosso trabalho *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, no prelo, já Fernando de Sousa chamou a atenção, anunciando estar a preparar um estudo sobre ele (cf. *Portugal nos fins do Antigo Regime (Fontes para o seu estudo)*, «Bracara Augusta», vol. XXXI, n.º 71-72 (83-84), ano de 1977 (Janeiro-Dezembro), pp. 306-307).

19. ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), *Ministério do Reino*, maço 328.

20. Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve.

21. Moses Bensabat Amzalak, *A memória económico-política da Província da Estremadura de José de Abreu Bacelar Chichorro*, publ. com intr. e notas por [...], Lisboa, 1943.

22. António Cruz, *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas*, recolhidos anotados e publ. por [...], Porto, 1970.

23. *Ilustração Trasmontana*, Porto, 1908, pp. 177-182, e 1909, pp. 6-7, 22-24, 62-64, 74-75, 96 e 109-112.

administrativo, político e cultural<sup>24</sup> —, dispomos da mais importante fonte conhecida para o estudo da demografia e da sociedade de toda uma província, nos fins do século XVIII.<sup>25</sup> Referimo-nos ao importantíssimo manuscrito de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, intitulado *Mappa do estado actual da provincia de Tras-os-Montes*, datado de 1796<sup>26</sup>, que publicaremos brevemente.<sup>27</sup>

2.2 Como já tratámos noutro lugar da excepcional importância do trabalho de Ribeiro de Castro,<sup>28</sup> aqui apenas desejamos evidenciar o relativo avanço do seu estudo e da mentalidade estatística patenteada, em relação à sua época.

Efectivamente, o número e a diversidade de quadros estatísticos que incluiu no *Mappa do estado actual da provincia de Tras-os-Montes*, fornecendo-nos elementos quantitativos sobre vários domínios — demográfico, sócio-profissional, administrativo, económico e cultural —, contrasta nitidamente com várias outras fontes do final do século XVIII, ainda bem limitadas no que se refere a dados quantitativos. Tal facto revela não só um avanço quanto às fontes demográficas por excelência — os censos da população, que só a partir de 1890 passam a incluir a profissão —, mas mesmo em relação às fontes estatísticas de carácter geral.

---

24. Tal isolamento — que, como é do conhecimento geral, ainda não foi substancialmente alterado — e a própria originalidade de Trás-os-Montes têm sido salientados por vários autores. A título de exemplo, referiremos: Gerardo A. Pery, *Geographia e estatistica geral de Portugal e Colonias*, Lisboa, 1875, p. 98; Pierre Birot, Portugal, Lisboa, s.d., pp. 83-95; Jorge Dias, *Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro*, Lisboa, 1949, pp. 5-8; Miguel Torga, *Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes)*, «Portugal», 2.ª ed., Coimbra, 1957, pp. 27 ss.; A. Silbert, *ob. cit.*, pp. 17, 19 e 36.

25. É esta também a opinião de Joel Serrão (*Fontes de demografia portuguesa. 1800-1826*, Lisboa, 1973, p. 68).

26. AAR, cx. 103, doc. 36. Existem, além do original, mais quatro cópias deste trabalho e um resumo, publicado na *Ilustração Trasmontana*. 1908-1909. Cf. também Fernando de Sousa, *A indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)*, Cadernos Culturais, II, Vila Real, 1977, p. 31, nota 12.

27. Trata-se do livro *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII...*, já referido, no qual, além de publicarmos o manuscrito original (que se encontra no AAR), anotado, precedido de uma biografia de Ribeiro de Castro e de um estudo sobre a província trasmontana, descrevemos e cotejamos os vários manuscritos conhecidos do A. (cf. cap. II: «Os manuscritos»).

28. Cf. a introdução e o cap. I de *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII...*, cit.

Tendo-se entrado nos séculos XIX e XX no que se pode designar por período moderno da Estatística,<sup>29</sup> não admira que a quantificação, a exactidão e o rigor passassem a ser progressivamente desenvolvidos. Alguns escritos dos começos do século XIX parecem-nos revelar essa «nova» mentalidade,<sup>30</sup> nos seus aspectos teóricos e práticos, isto é, enquanto se procura definir novos conceitos<sup>31</sup> e, ao mesmo tempo, se vai efectuando a sua aplicação nos trabalhos de levantamento das potencialidades do País e na elaboração de planos tendentes a modificar a realidade existente.<sup>32</sup>

Confrontando o trabalho de Columbano Ribeiro de Castro com os estudos sobre estatística, publicados já no século XIX, verifica-se que aquele autor respondeu, de forma minuciosa e pre-

---

29. Walter Marques, *Estatística*, «Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura», vol. 7.º, Lisboa, 1968, col. 1457.

30. Ver Joaquim de Foyos, *Memoria sobre qual convem ser a geira portugueza*, «Memorias Economicas da Academia...», t. IV, 1812, pp. 154-158. «Deixemos pois campos não medidos aos homens primitivos [...]», escreve o A. ao concluir o seu trabalho (*idem*, p. 158). Sebastião Francisco de Mendo Trigozo, *Memoria sobre os pesos e medidas portuguezas, e sobre a introdução do systema metro-decimal*, «Memorias Economicas...», t. V, 1815, pp. 336-411.

31. O termo «estatística», como adjectivo, aparece já na *Memoria statistica sobre as Ilhas de Cabo Verde, escripta em 1807*, «O Investigador Portuguez em Inglaterra», vol. XXII, 1818, n.º LXXXV (Julho, pp. 3-15), LXXXVI (Agosto, pp. 125-132) e LXXXVII (Setembro, pp. 253-258). Como substantivo, apareceu em Portugal em 1812 (*Dicionário de História de Portugal*, vol. II, 1965, p. 112), usado pelo Visconde da Lapa (Manoel de Almeida), *Memoria sobre o modo de formar um Plano de Statistica de Portugal*, apresentada na sessão de 25 de Janeiro de 1812 e publicada nas *Memorias Economicas...*, t. V, 1815, pp. 155-171. O A. define «Statistica» como *o conhecimento do Estado* (*idem*, p. 158; sublinhado do A. da *Memória*). Até então usava-se a expressão «Aritmética Política». Merecem ainda referência os estudos de M. M. Franzini (*Instrucções statisticas*, Lisboa, 1815), Joaquim Joze Varela (*Projecto de um plano para formar a descripção statistica do Alemtejo*, «O Investigador Portuguez em Inglaterra», vol. XX, n.º LXXXVII, Novembro, 1817, pp. 3-11), A. P. Forjaz de Sampaio (*Elementos de Economia Politica e Estadistica*, nova ed., Lisboa, 1945) e António d'Oliveira Marreca (*Parecer e memoria sobre um projecto de Estatistica*, «Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», nova série, t. I, parte I, Lisboa, 1854).

32. Inserem-se nesta linha, entre outros, os seguintes trabalhos: Joaquim José Varela, *Memoria estatistica acerca da notavel Villa de Montemor o Novo*, «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. V, parte I, Lisboa, 1817. Alberto Carlos de Menezes, *Estadistica da agri-*

cisa — no que a Trás-os-Montes dizia respeito —, a muitos dos quesitos incluídos posteriormente nos planos de estatística.<sup>33</sup>

Não queremos, com isto, menosprezar outros trabalhos elaborados em data próxima do de Ribeiro de Castro,<sup>34</sup> mas apenas acentuar as grandes diferenças que existem entre estes e aquele, não propriamente quanto ao plano adoptado,<sup>35</sup> mas antes quanto ao desenvolvimento dado aos assuntos focados.

2.3 Outra fonte inédita, já utilizada pelo próprio autor do *Mappa do estado actual [...] de Tras-os-Montes* mas ainda assim importante para nós, é constituída pelas *Respostas das Camaras da provincia de Tras-os-Montes*,<sup>36</sup> as quais, juntamente com as informações enviadas pelos juizes das terras e pelos párocos, for-

---

*cultura ao Norte e Sul do Tejo* (1819), «O Archivo Rural», vol. III, 1860, pp. 13-18, 36-41, 66-72, 119-123, 150-154, 177-182, 205-211, 239-246 e 260-262; Adrien Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*, 2 vols., Paris, 1822.

33. Cf. Visconde da Lapa (Manoel de Almeida), *ob. cit.*, pp. 170-171 (Plano transcrito por M. Bensabat Amzalak, *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, p. 164); M. M. Franzini, *ob. cit.*, pp. 16-27. Mesmo o estudo de Oliveira Marreca, conquanto muito mais pormenorizado e completo, contempla grandes temas — território, população, agricultura, indústria extractiva, fábricas, artes e ofícios, casas e edifícios, comércio interno e circulação, poderes políticos e administração, justiça criminal, instrução, educação e vias de comunicação (*ob. cit.*, pp. 6-23, do *Parecer e memoria...*) — a que já o «juiz demarcante» de Trás-os-Montes dedicara especial atenção.

34. Por exemplo, José António de Sá, *Descrição economica da Torre de Moncorvo*, «Memórias Economicas...», t. III, 1791, pp. 253-290; M. Bensabat Amzalak, *A Memória económico-política da Provincia da Estremadura...* *cit.*; António Cruz, *ob. cit.*; e Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, *Observações que seria util fazerem-se para a descrição economica da comarca de Setubal*, «Memórias Economicas...», t. III, pp. 299-305.

35. Ver o plano de Francisco António de Faria, para a descrição da provincia de Entre Douro e Minho, datado de 28 de Agosto de 1793 (*Collecção das Leys, Decretos e Alvaras, que comprehende o feliz Reinado da Rainha N. Senhora, D. Maria I*, t. VI (1789-1795), Lisboa, 1800), e outros planos referidos e/ou transcritos por António Cruz (*ob. cit.*, pp. 33-102).

36. AAR, cx. 103, doc. 37. Aproveitámos alguns elementos desta documentação para o trabalho atrás mencionado, sobretudo ao tratar do ensino (cap. V).

neceram informações a Ribeiro de Castro, como ele próprio afirma no início do seu trabalho.<sup>37</sup>

2.4 De entre várias outras fontes, destacamos as diversas *Memórias* publicadas sobre localidades ou zonas da província,<sup>38</sup> a monumental obra do erudito Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal)<sup>39</sup> e, finalmente, os milhares de documentos, muitos deles ainda inéditos, que se encontram nos arquivos(?) locais, na maior parte das vezes em péssimas condições de conservação, e aos quais nem sempre o próprio investigador tem acesso.<sup>40</sup>

---

37. Ms. cit., p. 8.

38. José António de Sá, *Memoria sobre a comarca de Moncorvo*, cit.; Fernando de Sousa, *A memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, sep. da «Revista da Faculdade de Letras» da Universidade do Porto, série de História, vol. IV, 1974; Francisco Pereira Rebello da Fonseca, *Descrição economica do Territorio que vulgarmente se chama «Alto Douro»*, «Memorias Economicas da Academia...», t. III, 1791, pp. 36-72; *Memoria sobre o estado da agricultura e commercio do Alto-Douro*, idem, pp. 73-153; Manoel Antonio de Moraes Mendonça, *Memoria que contem huma breve descripção do concelho de Mont'Alegre ou Barroso, sua população, causas que a diminuem, character de seus habitantes, produções do Paiz, quanto podem augmentar-se, seu commercio, gados e manufacturas*, «Jornal de Coimbra», vol. III, n.º XVI, Abril de 1813, pp. 324-341; Manoel Ignacio de Carvalho Salazar, *Descrição da villa de Mirandella e seus contornos*, «Jornal de Coimbra», vol. V, n.º XXI, Setembro de 1813, pp. 40 [aliás 38] — 41; Jozé Ignacio da Costa, *Memoria agronomica relativa ao concelho de Chaves*, «Memorias Economicas...», t. I, 1789, pp. 351-398.

39. Sobretudo *Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança*, 11 vols., Porto-Coimbra-Bragança, 1909-1948.

40. Vimos gorados os nossos esforços quando, em 1971, desejávamos tomar contacto com a documentação existente no Arquivo de Bragança, integrado no Museu Abade de Baçal, daquela cidade. Foi-nos dito que o Arquivo se encontrava encerrado, por falta de pessoal!

Já fomos melhor sucedidos quando, recentemente, solicitámos autorização para observar directamente o recheio documental do Arquivo da Junta Distrital de Vila Real, o que gentilmente nos foi concedido pelo Sr. Arnaldo Bessa, Chefe da Secretaria daquele organismo. Sobre este Arquivo já possuímos um valioso instrumento de trabalho, elaborado por Fernando de Sousa (*Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real*, Vila Real, 1976), a quem também se deve uma acção meritória, no sentido de salvar, pelo menos em parte, a documentação dispersa pela província transmontana (cf. Fernando de Sousa, *Subsídios para a história social do Arcebispado de Braga. A comarca de Vila Real nos fins do século XVIII*, Braga, 1976, sep. de «Bracara Augusta», t. XXX-fasc. 70 (82), Julho-Dezembro

Não obstante alguns documentos já terem sido utilizados e/ou transcritos em monografias sobre certas localidades,<sup>41</sup> a maior parte encontra-se por explorar, à espera de quem, a exemplo de que fizeram, entre vários outros, Vergílio Taborda,<sup>42</sup> o Abade de Baçal<sup>43</sup> e Montalvão Machado,<sup>44</sup> prossiga a tarefa de desvendar os meandros da história do «Reino Maravilhoso», como lhe chamou Miguel Torga.<sup>45</sup>

---

de 1976, p. 7, nota 1; *Relatório dos Arquivos a Norte do Douro*, «Revista de História Económica e Social», 3, 1979, pp. 109-119). Sobre alguns documentos da região de Mirandela — existentes no Arquivo daquela localidade em 1914 — ver P.<sup>o</sup> Ernesto Augusto Pereira de Sales, *Mirandela. Apontamentos históricos*, vol. I, Lisboa, 1950, pp. 182-184.

41. Além das indicadas por Hermann Lautensach (*Bibliografia geográfica de Portugal*. Adaptação e complementos de Mariano Feio, Lisboa, 1948, pp. 177-185), ver, entre outras, as seguintes, publicadas posteriormente: Jorge Dias, *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, 1953; P.<sup>o</sup> Ernesto Augusto Pereira de Sales, *ob. cit.*; Luís Cyrne de Castro, *Do passado de Vila Real. Apontamentos (Maio de 1666 a Novembro de 1850)*, Coimbra, 1959; Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim, *Rebordões e a sua população nos séculos XVII e XVIII (Estudo demográfico)*, Lisboa, 1973; Berta das Dores Afonso, *Castro Vicente e a sua população de 1691 a 1799*, Coimbra, 1975 (Diss. de Lic. em História, apresentada à Fac. de Letras de Coimbra, dactilografada); Fernando de Sousa, *Subsídios para a história social do Arcebispado de Braga. A comarca de Vila Real nos fins do século XVIII*, cit.; João Gonçalves da Costa, *Montalegre e Terras do Barroso*, Braga, 1968; António Lourenço Fontes, *Etnografia Transmontana*. I — *Crenças e tradições de Barroso*; II — *O comunitarismo agrário*, Montalegre, 1974-1977.

42. *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Coimbra, 1932.

43. Que escreveu, entre outros trabalhos, *Memórias archeologico-historicas...*, cit.; *Castro de Avelãs. Mosteiro beneditino*, sep. de «O Instituto», vol. 56, 1909.

44. Por exemplo: *A cultura do trigo no Vale de Chaves*, Lisboa, 1944; *Grandezas e misérias demográficas duma Província*, sep. de «O Médico», n.º 387, 1959; *Escola Médica de Chaves*, «Jornal do Médico», vol. XIV, n.º 362 (31 de Dezembro de 1949), pp. 742-744. (Há separata); *O contributo de Trás-os-Montes para a historiografia nacional até meados do século XIX*, «A historiografia portuguesa anterior a Herculano». Actas do Colóquio, Lisboa, 1977, pp. 403-436; *O contributo de Trás-os-Montes para a historiografia nacional após meados do século XIX*, «A historiografia portuguesa de Herculano a 1950». Actas do Colóquio, Lisboa, 1978, pp. 261-274.

45. *Ob. cit.*

### 3. A economia de Trás-os-Montes nos finais de Setecentos

Desnecessário se tornará acentuar que são apenas razões de ordem metodológica que nos levam a tratar, em separado, vários aspectos da economia trasmontana no período em análise. Efectivamente, se em qualquer economia de Antigo Regime se torna difícil detectar a separação entre os vários fenómenos, tal dificuldade acentua-se ao tratar de regiões como a trasmontana, onde as condições específicas e o isolamento — já referido — não permitem uma distinção nítida entre as diversas funções e actividades económicas.<sup>46</sup>

3.1 Começemos por abordar as culturas mais significativas e a paisagem agrária.

A cultura dos cereais ocupava naturalmente um lugar de relevo na província. Sendo embora a cultura do centeio, cereal pouco exigente,<sup>47</sup> a mais praticada em Trás-os-Montes, também as do trigo, da cevada e do milho ali se efectuavam.

Num esboço de distribuição geográfica dos cereais indicados pela província do Nordeste, podemos dizer que o centeio tinha a sua principal implantação no Alto Trás-os-Montes,<sup>48</sup> onde predominam a altitude e o clima frio.<sup>49</sup>

Na *Terra Quente*,<sup>50</sup> culturas mais vantajosas e de tipo mediterrâneo — vinho, azeite e trigo — disputavam a primazia à do

---

46. Como escreveu Jorge Borges de Macedo, «O conjunto industrial português funcionava assim, quase sempre, em íntima fusão com a estrutura agrária, de que afinal faz parte integrante» (*Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, p. 124). De igual modo, os sectores do comércio, transportes e comunicações estavam intimamente relacionados com as actividades agrícola e industrial, condicionando o seu desenvolvimento.

47. Quanto a características do solo, altitude e clima.

48. Expressão usada por Vergílio Taborda para designar o norte da província. «Quem da Régua sobe para Chaves nota, passada Vila Real, uma mudança de aspectos e de paisagem: entra-se no Alto Trás-os-Montes» (*ob. cit.*, p. 1).

49. Cf. H. Amorim Ferreira, *O clima de Trás-os-Montes*. Memória apresentada ao 2.º Congresso Provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa, 1941, pp. 10-11 e os quadros insertos no fim do trabalho.

50. Gerardo Pery, *ob. cit.*, pp. 34-36.

centeio, apesar de este cereal ainda exercer, então, um papel considerável na alimentação humana, como cereal panificável.<sup>51</sup>

O trigo, por sua vez, produzia-se em menor escala na província trasmontana. Columbano Ribeiro de Castro em muitos casos não o aponta entre as produções de determinadas localidades, referindo-se noutros a «algum trigo».<sup>52</sup> O clima e a pobreza do solo da província,<sup>53</sup> salvo em certas zonas restritas, não eram favoráveis à cultura deste cereal.<sup>54</sup> No Vale da Vilariça e na Veiga de Chaves, zonas excepcionalmente férteis, praticava-se a cultura do trigo, como acontecia noutras localidades de baixa altitude e clima temperado.<sup>55</sup>

Deixando a cevada, cujo papel na alimentação animal não era dispiciendo, passemos a considerar o milho grosso ou mais.

Pelos testemunhos de que dispomos, verifica-se que a «revolução do milho»<sup>56</sup> apenas havia principiado em Trás-os-Montes no período a que nos reportamos. Introduzido no Oeste da província e na Cordilheira Central no século XVIII,<sup>57</sup> compreende-se que sejam escassas as alusões que lhe faz o «juiz demarcante», que alude à produção deste cereal apenas em Vinhais, Frechas, Vila Flor, Ruivães e Teixeira.<sup>58</sup> Outras fontes provam que a produção do milho se fazia, de forma muito limitada, em Moncorvo e seu termo<sup>59</sup> e, em mais larga escala, na parte ocidental trasmontana.

---

51. Para a região de Moncorvo, ver os quadros das produções insertos por José António de Sá na sua *Descrição económica da Torre de Moncorvo*. «Memórias Económicas da Academia...», t. III, pp. 273-290.

52. *Ms. cit.*, pp. 35, 48, 62 e 181.

53. Facto já anotado por Vergílio Taborda, *ob. cit.*, p. 118.

54. O que também sucede, embora em menor grau, na maior parte do País (cf. *Trigo*. «Dicionário de História de Portugal», vol. IV, Lisboa, 1971, pp. 209-210).

55. Morforte de Rio Livre, Vila Flor e Bragança são algumas das localidades referenciadas por Ribeiro de Castro (*ms. cit.*, pp. 130, 148 e 181).

56. Expressão divulgada por Orlando Ribeiro (*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 3.ª ed., Lisboa, 1967, pp. 113-122, e *Milho*, «Dicionário de História de Portugal», t. III, pp. 63-64), embora Alberto Sampaio já se tivesse referido à «[...] revolução cultural, operada pela introdução do milho maiz» (*Estudos históricos e económicos*, vol. I, Porto, 1923, p. 218).

57. Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 119.

58. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 66, 112, 148, 229 e 321.

59. José António de Sá não só informa que em Açoreira, termo de Moncorvo, se cultivava milho grosso, mas pouco (*Descrição económica da*

Assim, em Godim produzia-se «com grande fertilidade milho grosso»,<sup>60</sup> no concelho de Chaves o milho ocupava o terceiro lugar no quantitativo dos produtos colhidos,<sup>61</sup> enquanto no Barroso se ia efectuando lentamente a sua introdução já nos inícios do século XIX.<sup>62</sup>

À luz do exposto, parece lícito concluir ser então a cultura do maïs em Trás-os-Montes pouco significativa, notando-se embora estar em aumento a sua difusão, a qual se fazia no sentido Oeste-Este, devido às características do solo e clima da zona ocidental trasmontana, tão semelhantes às do Minho,<sup>63</sup> e ao facto da divulgação daquele cereal se ter efectuado principalmente a partir desta última província, onde já então ocupava lugar de relevo entre as restantes culturas. Posteriormente, o maïs tem vindo a introduzir-se em terrenos outrora incultos — a extensão de baldios e bens dos concelhos era considerável<sup>64</sup> — ou destinados anteriormente à cultura do centeio.

Tal como a do maïs, também a cultura da batata era intro-

---

*Torre de Moncorvo*, cit., pp. 274-275), como o milho está ausente dos quadros das produções que apresenta no fim do seu trabalho, excepto nos casos de Moncorvo e Cabeça de Mouro (*ob. cit.*, pp. 273-288).

60. Francisco Pereira Rebello da Fonseca, *Descrição economica do Territorio que vulgarmente se chama «Alto Douro»*, «Memorias Economicas...», t. III, p. 51.

61. A colheita do centeio atingia 600 000 alqueires, a da castanha 300 000 e a do milho 150 000, seguindo-se-lhes as do trigo e da batata com 100 000 alqueires cada (Jozé Ignacio da Costa, *Memoria agronomica relativa ao concelho de Chaves*, «Memorias Economicas...», t. I, p. 355).

62. Manoel Antonio de Moraes Mendonça (*Memoria que contem huma breve descripção do concelho de Mont'Alegre ou Barroso [...]*, «Jornal de Coimbra», vol. III, 1813, p. 335) escreveu: «[...] a cultura d'aquelle [milho] vai-se introduzindo, mas não ha quem a promova». E, em nota, acrescenta: «O augmento da cultura do milho deve-se ao Dr. Francisco Fortunato d'Oliveira de Carvalho, pois que este habil sujeito nos trez annos, que foi Juiz de Fôra, incansavelmente cuidou em fazer extrahir levadas de nascentes d'agoas, e rios, e até para isso concorria com a sua presença e despezas».

63. Ao tratar de Ruivães, exprimiam-se assim Ribeiro de Castro: «Como esta villa fica contigua á provincia do Minho, hé semelhante á mesma tanto no clima como na suas producções e por isso os fructos em que abunda são milho, centeio, vinho de enforcado e azeite; neste ultimo hé que pode ter adiantamento, cuidando na plantação destas arvores» (*ms. cit.*, p. 229).

64. *Idem*, pp. 11., 85, 122, 212, etc.

duzida no Nordeste do País no final de Setecentos. De forma análoga ao que sucedeu em Espanha — onde a cultura da batata, iniciada de forma sistemática na Galiza em 1768, irradiou depois para Sul<sup>65</sup> —, também em Portugal o referido tubérculo se difundiu de Norte para Sul, sendo, na transição do século XVIII para o XIX, cultivado nas províncias de Trás-os-Montes e da Beira.<sup>66</sup> Todavia, conjugando a ausência de informação sobre a batata no manuscrito de Ribeiro de Castro, com as notícias de M. Link<sup>67</sup> e de A. Balbi,<sup>68</sup> conclui-se que a produção trasmontana da batata, no final de Setecentos, era ainda insignificante — excepto numa ou outra zona, como a Veiga de Chaves<sup>69</sup> ou a região do Barroso<sup>70</sup> —, sem apresentar grande semelhança com o incremento que viria a ter nos séculos XIX e XX.<sup>71</sup>

A mais importante produção trasmontana, do ponto de vista comercial, era a do vinho. Produzido um pouco por quase toda a província — à excepção das alturas do Barroso —, localizava-se contudo na região duriense o principal centro vinhateiro, onde era produzido o célebre vinho do Porto.<sup>72</sup>

Como dispomos já de estudos bastante satisfatórios sobre a

---

65. *Historia social y económica de España y América*, dir. por J. Vicens Vives, t. IV, (ed. de bolso), 2.ª reed., Barcelona, 1977, pp. 131-132.

66. Nesta província, o facto de se ter generalizado bastante a cultura da batata terá até feito baixar o preço do pão em 1803 (*Memorias Economicas...*, t. IV, 1812, p. 418; cf. também *Batata*, «Dicionário de História de Portugal», vol. I, 1963, pp. 316-317).

67. Referindo-se às proximidades da Portela do Homem, escreveu: «Aussi a-t-on commencé à cultiver les pommes de terre» (*Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799* (Trad. do alemão), t. II, Paris, 1803, p. 27).

68. «La culture des pommes de terre, qui réussissent très-bien en Portugal, n'y est pas assez répandue [...]» (*ob. cit.*, t. I, p. 151).

69. Na *Memória* cit. sobre o concelho de Chaves, o A. calcula a colheita da batata em 100 000 alqueires (*Memorias Economicas...*, t. I, p. 355).

70. Alguns anos depois, Moraes Mendonça, na sua *Memória* sobre o Barroso, escreveu acerca da batata: «O terreno he muito proprio para a sua produção e cultura, e não ha pessoa que tenha hum palmo de terra, para assim dizer, as não semeie» (*Jornal de Coimbra*, vol. III, 1813, p. 334).

71. Ver Américo de Almeida, *A cultura da batata em Trás-os-Montes*. Tese apresentada no II Congresso Transmontano, Porto, 1941.

72. Ou do Douro, como preferem alguns viticultores durienses designar o vinho generoso.

viticultura desta região,<sup>73</sup> apenas destacaremos uma ou outra passagem do *Mappa* [...] de Ribeiro de Castro sobre o assunto.

O Autor, além de corroborar o que já conhecíamos, através de outras fontes, sobre o excepcional desenvolvimento da produção vinícola em diversas localidades — Carrazeda de Ansiães, Alijó, Barqueiros, Canelas, Favaio, Fontes, Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião<sup>74</sup> —, informa-nos ainda que se haviam feito novas plantações — em Abreiro, Goivães e Provezende<sup>75</sup> —, donde se pode concluir que a cultura da vinha continuava a expandir-se em vários locais da região.<sup>76</sup>

Fora do Alto Douro era reduzida a produção de vinho, sendo

---

73. Permitimo-nos destacar os seguintes: A. Guerra Tenreiro, *Douro. Esboços para a sua história económica*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», 1942-1944 [A parte deste desenvolvido trabalho inserta nos «Anais...» de 1942, 1.º vol., havia já sido publicada em livro, sob o mesmo título (Águeda, 1941)]. Álvaro Moreira da Fonseca, *As demarcações pombalinas do Douro Vinhateiro*, 3 vols., Porto, 1949-1951; e ainda as publicações *Anais do Instituto do Vinho do Porto* e *Boletim da Casa do Douro*. Fornecem ainda importantes elementos sobre a matéria as *Memórias sobre o Alto Douro*, cits. (*Memórias Económicas...*, t. III, pp. 36-72 e 73-153) e vários escritos publicados em *O Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819), nomeadamente sobre as vantagens e os inconvenientes da instituição da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro (por alvará de 10 de Setembro de 1756). Cf., entre vários outros, vol. III, n.º XI (Maio de 1812), pp. 431-446, vol. V, n.º XVIII (Dezembro de 1812), pp. 205-212 e n.º XIX (Janeiro de 1813), pp. 393-402.

74. *Ms. cit.*, pp. 100, 273, 277, 278, 280, 282, 300 e 315. Acerca do concelho de Santa Marta de Penaguião escreveu: «[...] colhe pouco pão, porque seus habitantes tudo tem reduzido a vinho, de que tirão grande vantagem por ser este terreno o mais proprio para semelhante genero e da melhor lotação» (*idem*, p. 315).

75. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 267, 289 e 308.

76. Exportaram-se 647 266 1/4 pipas de vinho pela barra do Porto de 1793 a 1806 (*O Investigador Português em Inglaterra*, vol. III, n.º XII, Junho de 1812, p. 690). Quanto ao vinho do Porto propriamente dito, considerando o espaço de tempo entre 1678 e 1862, foi nos decénios de 1788-1797 e de 1798-1807 que a média anual de pipas exportadas atingiu as cifras mais elevadas, respectivamente 40 055 e 44 487 (Números publicados em «O Archivo Rural», vol. V, 1862, p. 528, e já transcritos por Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et monnaies*, Paris, 1955, p. 253). Para os vinhos — de feitoria e ramo —, aguardente e vinagre, provenientes do Alto Douro, de 1801 a 1820, ver A. Balbi, *ob. cit.*, t. I, p. 157.

este, na maior parte dos casos, consumido localmente.<sup>77</sup> Verificavam-se, no entanto, algumas excepções, como acontecia em Vilar Seco da Lomba, donde se exportava vinho para a Galiza,<sup>78</sup> e em Vinhais, cuja produção ultrapassava a de qualquer outra vila da comarca de Miranda, a avaliar pelo subsídio literário que pagava.<sup>79</sup>

Embora se tivessem verificado alguns progressos a partir do período aqui tratado, na sequência do que se vinha fazendo — «[...] porque geralmente se tem posto muita quantidade de bacelo, rompendo para esse fim montes e terras de toda a qualidade»<sup>80</sup> —, a natureza do solo, o clima e a altitude não têm permitido grande expansão à videira fora da *Terra Quente*, visto tratar-se de uma planta mediterrânea. Por outro lado, a filoxera, que apareceu em Bragança em 1882, «[...] em sete anos tinha devastado a maioria dos vinhedos de Além Tua».<sup>81</sup>

A olivicultura, por seu turno, apresentava-se já um pouco divulgada por Trás-os-Montes, embora ali tivesse sido introduzida em data não muito remota. Referenciada pelo Dr. João de Barros em Mirandela e Freixo de Espada à Cinta — em meados do século XVI<sup>82</sup> — e por Manuel Severim de Faria em Moncorvo — nos inícios do século XVII<sup>83</sup> —, no período que abordamos tinha

---

77. Por vezes, tornava-se mesmo insuficiente para o consumo, como no caso de Algosó, onde o vinho que colhiam apenas lhes chegava para três meses (Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 35).

78. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 62.

79. Idem, *ibidem*. «Mappa do rendimento e povoação da provincia de Trás-os-Montes [...]». Sendo embora a comarca de Miranda de reduzida produção vinícola, Vinhais pagava 25% do subsídio literário de toda a comarca. Como é sabido, este imposto, no Continente e Ilhas Adjacentes, incidia sobre o vinho, a aguardente e o vinagre, pelo que nos permite tirar algumas ilações sobre a produção destes géneros. Cf. *Subsídio literário*, «Dicionário de História de Portugal», t. IV, pp. 89-90, e o que escrevemos sobre esta matéria em *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII...*, no prelo, (cap. III, 6. «Tributos»).

80. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 11. O autor recorda ainda que a plantação de vinhas não se fazia só nas margens do Douro e sítios de melhor lotação, mas em toda a provincia (*ibidem*).

81. Vergílio Taborda, *ob. cit.*, p. 123.

82. *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, «Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa», V, Porto, 1919, pp. 119-120.

83. Joaquim Veríssimo Serrão, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria. 1604-1609-1625*, Lisboa, 1974, pp. 111 e 113.

atingido várias outras localidades das quatro comarcas trasmontanas.<sup>84</sup> Assinale-se, contudo, que a produção oleícola de Trás-os-Montes não só era insuficiente, como estava ainda muito aquém das potencialidades da província em tal domínio.<sup>85</sup> Mais tarde, muitas oliveiras vieram a ser plantadas em diversas localidades da *Terra Quente* ou mesmo da *Terra Fria*, desde que a altitude e o clima o permitissem.<sup>86</sup>

A castanha, progressivamente substituída pela batata,<sup>87</sup> ocupava lugar relevante entre as produções dos planaltos trasmontanos. Além do fruto, que entra na alimentação do homem e dos animais, o castanheiro dá boa madeira, susceptível de aplicações diversas.

A existência do castanheiro é mencionada por Ribeiro de Castro em vários sítios do Alto Trás-os-Montes — Mogadouro, Paçó, Vinhais, Monforte de Rio Livre, Lamas de Orelhão e Vimioso<sup>88</sup> —, destacando uma «mata» de castanheiros no couto de Ervededo — ao Norte de Chaves —, com mais de dois mil pés, que pertencia ao Arcebispo de Braga.<sup>89</sup>

O castanheiro, cuja difusão se terá mesmo intensificado du-

---

84. Eis algumas das povoações e respectivas comarcas onde se produzia azeite nos finais do século XVIII: Bemposta, Mogadouro e Vinhais, na comarca de Miranda; Cortiços, Castro Vicente, São Paio, Sezulge e Vilarinho da Castanheira, na de Moncorvo; Chaves e Nuselos, na de Bragança; e Lamas de Orelhão, Cerva e S. Mamede, na de Vila Real (Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 40, 48 e 66; 109, 111, 137, 138 e 151; 195 e 222; 293, 318 e 319).

85. É o que se pode concluir da afirmação de Ribeiro de Castro acerca de várias localidades, que podiam «[...] adiantar-se mais na plantação de oliveiras» (*ms. cit.*, p. 109). A observação relativamente a Cortiços, transcrita, é repetida, pelas mesmas palavras ou de forma análoga, a propósito de outras povoações, como Freixo de Espada à Cinta, Sampaio, Torre de Dona Chama, Chaves, Nuselos e Lamas de Orelhão (*idem*, pp. 117, 137, 141, 195, 222 e 293). O desenvolvimento posterior da olivicultura em algumas zonas trasmontanas veio mesmo a revelar quão adequadas e pertinentes eram certas constatações do «juiz demarcante», como quando escrevia a respeito de Mirandela: «[...] devião tambem cuidar na plantação de oliveiras [...] para o que tem terras admiráveis» (*idem*, p. 122).

86. Sobre este estudo ver F.P. Almeida Langhans, *Apontamentos para a história do azeite em Portugal*, sep. do «Boletim da Junta Nacional do Azeite», Lisboa, 1949.

87. Pierre Birot, *Portugal*, Lisboa, s.d., p. 84.

88. *Ms. cit.*, pp. 48, 53, 66, 130, 293 e 327.

89. *Idem*, p. 200.

rante grande parte do século XIX, veio a ser terrivelmente dizimado a partir de finais do século, devido à acção da doença que então o atacou, a qual terá aparecido no distrito de Bragança por volta de 1900.<sup>90</sup>

O pinheiro estava então pouco divulgado em Trás-os-Montes, apesar de a sua falta se fazer sentir. Acerca deste assunto, escreveu Ribeiro de Castro ao tratar de Santa Marta de Penaguião: «[...] devem cuidar na plantação d'árvores e sementeiras de pinheiros, pelos montes, o que lhe serve não só para queimar, mas para erguer ou empar as vides, em que fazem concideravel (*sic*) despeza».<sup>91</sup>

A difusão do pinheiro continuou a propagar-se na província depois do final de Setecentos.<sup>92</sup>

Outra árvore que deve ser mencionada, pela sua relação com a indústria da seda, é a amoreira. Indicada, por exemplo, em Mogadouro,<sup>93</sup> estava todavia espalhada por diversas outras localidades — Chacim, Monforte de Rio Livre e Bragança —, como se pode deduzir pela alusão às sedas entre as respectivas produções.<sup>94</sup>

No que concerne à comarca de Moncorvo, temos indicações mais precisas, graças aos prestimosos trabalhos de José António de Sá.<sup>95</sup> Nesta comarca havia em 1790 45 088 amoreiras.<sup>96</sup>

Também o carvalho — cuja casca era utilizada na indústria dos curtumes — se distribuía por várias zonas da província, tal

---

90. Manuel Gomes Guerreiro e Columbano Taveira Fernandes, *O castanheiro no distrito de Bragança*, «Boletim da Junta Nacional das Frutas», ano V, n.º VIII, Agosto 1945, p. 8.

91. *Ms. cit.*, p. 316.

92. Cf. Orlando Ribeiro, *Cultura do milho, economia agrária e povoamento*. «Biblos», vol. XVIII, t. II, 1941, p. 647.

93. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 48.

94. *Idem*, pp. 104, 130 e 181.

95. *Dissertações philosophico-politicas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*, Lisboa, 1787, p. [XV]; Fernando de Sousa, *A memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, sep. da «Revista da Faculdade de Letras» da Universidade do Porto, série de História, vol. IV, 1974, pp. 102-103.

96. Fernando de Sousa, *idem*, p. 103. Só na vila e termo de Moncorvo haviam sido distribuídas, em 1787, 5 601 amoreiras e dadas ao manifesto 5 333 (José António de Sá. *Dissertações philosophico-politicas* [...], p. [XV]. Ver ainda V. de Villa Maior, *A sericultura no districto de Bragança, principalmente no concelho de Moncorvo*. «O Archivo Rural», vol. VII, 1864, pp. 341-352.

como no Barroso, o mesmo sucedendo com outras espécies arbóreas. No entanto, além das condições mesológicas estarem longe de ser ótimas para o desenvolvimento da cobertura vegetal na maior parte do ano,<sup>97</sup> as devastações já então se faziam sentir em certas zonas, devido aos incêndios e ao consumo de lenhas.<sup>98</sup>

O sumagre — utilizado na curtimenta — e o linho são também indicados por Columbano Ribeiro de Castro.<sup>99</sup> O cânhamo,<sup>100</sup> outrora muito cultivado sobretudo no Vale da Vilarça e utilizado na própria cordoaria de Moncorvo, era em 1796 vendido para outras localidades, atingindo ainda a sua produção 12 000 arrobas.<sup>101</sup> Veio a ser depois substituído por culturas de maior rendimento.<sup>102</sup>

Em conclusão: a paisagem agrária trasmontana dos finais do século XVIII distinguir-se-ia da dos nossos dias pela extensão de terrenos ainda incultos, por uma maior proliferação do castanheiro e, ainda que mais moderadamente, do linho e do cânhamo — este no Vale da Vilarça —, por uma menor difusão da vinha, da oliveira e do pinheiro e, fundamentalmente, da batata e do milho, que principiavam a alcançar a região do Nordeste.<sup>103</sup>

3.2 Relativamente à propriedade rural, encontramos em Trás-os-Montes, no período focado, os três sistemas indicados por

---

97. Arnaldo Rozeira, *A flora da provincia de Trás-os-Montes e Alto Douro (Estudo de distribuição geográfica)*, «Memórias da Sociedade Brotariana», vol. III, 1944, p. 22.

98. O A. da *Memória* sobre o Barroso, já citada, receava que as matas de carvalhos e outras também viessem a diminuir no Barroso, acrescentando: «Já se nota esta falta no concelho visinho de Chaves: nesta Praça ha grande consumo de lenhas para os particulares, para as fábricas de louca e telha, para os fórnos da tropa, Hospitales Militares, etc., já ahí não ha lenhas, e se vem buscar a Barroso» (*Jornal de Coimbra*, vol. III, p. 335).

99. *Ms. cit.*, pp. 49, 79, 104 e 318.

100. Planta com diversas aplicações (cf. Celestino Graça, *A cultura do cânhamo*, Lisboa, s.d., p. 12).

101. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 84-86.

102. Celestino Graça, *ob. cit.*, p. 20. Ver também Visconde de Villa Maior, *O canamo na Vilarça*, «O Archivo Rural», vol. VI, 1963, pp. 567-572.

103. Vergílio Taborda já chamou a atenção para as principais modificações verificadas no Alto Trás-os-Montes, que todavia não considerava muito relevantes, visto persistir a mesma exploração do solo e manter-se idêntico o sistema cultural (*ob. cit.*, pp. 109-110).

Moraes Soares em meados de Oitocentos: a vinculação, o empra-  
zamento e a alodialidade.<sup>104</sup>

Os vínculos — morgados e capelas<sup>105</sup> — ainda eram bastante frequentes, tal como sucedia com o empraçamento ou aforamento.<sup>106</sup> Este era frequentemente sugerido,<sup>107</sup> o que se integrava na campanha contra o colectivismo agrário dos fins do século XVIII e inícios do século XIX. Por outro lado, um dos factores que justificava a necessidade da existência de baldios — as pastagens — encontrava-se, em certos casos, ultrapassado, devido à abundância de pastos.<sup>108</sup> O colectivismo agrário trasmontano, cuja origem remonta aos aforamentos colectivos das origens da monarquia,<sup>109</sup> encontrava-se assim em vias de regressão no final do século XVIII, no que, diga-se de passagem, não constituía excepção.<sup>110</sup>

A propriedade individual, por seu lado, ocupava uma área bastante inferior às restantes. Não sabemos, no entanto, qual a posição da província trasmontana no contexto peninsular, onde a propriedade individual, no seu conjunto, abrangia um terço da colectiva.<sup>111</sup>

A propriedade agrícola estava bastante dividida no Nordeste português. Embora a fragmentação da propriedade se tenha vindo

---

104. R. de Moraes Soares, *Breves considerações acerca das principais causas do atrasamento da nossa agricultura*, «O Arquivo Rural», vol. I, 1858, p. 395.

105. Ribeiro de Castro fornece diversos elementos sobre 2 capelas na comarca de Miranda, 6 na de Moncorvo e 2 na de Vila Real (*ms. cit.*, pp. 73, 158-159 e 338).

106. Cf. *Enfiteuse*, «Dicionário de História de Portugal», t. II, pp. 35-39.

107. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 85, 122, 195, 212, 231-232 e 293-294.

108. Era o que sucedia em Mirandela (cf. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 122).

109. L. A. Rebelo da Silva, *Memoria sobre a população e a agricultura em Portugal desde a fundação da monarchia até 1865*, Lisboa, 1868, pp. 110-112. Parte da passagem desta *Memória*, relativa ao assunto, foi transcrita por Oliveira Martins, *Teoria do Socialismo*, Lisboa, 1974, p. 200.

110. «Nous croyons même — escreveu A. Silbert — que la régression des communaux est l'événement marquant de l'évolution agricole à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle» (*Le problème agraire portugais...*, p. 35).

111. *Historia social y económica de España y America*, cit., p. 15.

a acentuar a partir daquela altura,<sup>112</sup> já em fins do século XVIII predominavam na província a pequena e a média propriedade — sendo a grande uma excepção —, como se pode deduzir através da análise do seguinte quadro:

QUADRO I — FOGOS, LAVRADORES E JORNALEIROS EM TRÁS-O-MONTES EM 1796<sup>113</sup>

Comarcas	Fogos	Lavradores		Jornaleiros	
		Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Miranda	7 892	3 989	50,5	1 564	19,8
Moncorvo	14 446	5 482	37,9	3 840	26,5
Bragança	21 837	10 101	46,2	3 140	14,3
Vila Real	23 654 <sup>114</sup>	9 221	38,9	5 954	25,1
Província	67 829	28 793	42,4	14 498	21,3

Assim, a percentagem de lavradores em relação ao número de fogos é bastante elevada, chegando a atingir os 50,5 na comarca de Miranda. Por outro lado, a percentagem de jornaleiros, também em relação ao número de fogos, é relativamente baixa, para uma economia de Antigo Regime.<sup>115</sup> Conjugando estes dois elementos, parece podermos concluir tratar-se, na maioria dos casos,

112. Vergílio Tabora, *ob. cit.*, pp. 161-168.

113. Quadro elaborado a partir dos números fornecidos por Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 20, 77, 164 e 246.

114. Apesar de no *ms. cit.* (p. 246) se ler 32 879, tal número resulta de um erro de cálculo, pelo que deve ser corrigido para 23 654, como já indicámos (cf. *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII...*, cit., cap. II «A população». Cf. igualmente Fernando de Sousa, *A indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)*, cit., p. 33, nota 62).

115. De qualquer modo, no conjunto das diversas actividades são as agrícolas (de lavrador e jornaleiro) que em geral predominam na província, como já foi salientado (Joel Serrão e outros, *População activa e população religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII*, «Análise Social», vol. XII, n.º 47, 1976-3.º, p. 749). Existiam, todavia, algumas excepções, às quais já tivemos o ensejo de nos referir (cf. o trabalho já indicado, cap. III («A vida económica»), 2.3. «Pessoas ocupadas»).

de pequenos lavradores que, fazendo simultaneamente o serviço da lavoura nas suas propriedades, prescindiam deste modo de mais elevado número de jornaleiros.

Finalmente, parece esclarecedor o facto de as comarcas de Vila Real e Moncorvo apresentarem as mais baixas percentagens de lavradores e as mais altas de jornaleiros, o que se relacionará com uma maior concentração da propriedade agrícola na região duriense e com a necessidade de mais elevado número de braços nas tarefas vitivinícolas. O número de trabalhadores rurais era ainda assim insuficiente, pois havia necessidade de recorrer a mão-de-obra proveniente da Galiza.<sup>116</sup>

3.3 Intimamente relacionada com a agricultura estava a criação de gado. Este não só prestava relevantes serviços — na lavoura e nos transportes —, como fornecia ainda a carne e matérias-primas para as indústrias de lanifícios, lacticínios e curtumes. Por esse motivo, são numerosas as referências feitas ao gado por Ribeiro de Castro.<sup>117</sup>

Praticada, embora, por toda a província, a pecuária revestia-se de excepcional importância nas zonas montanhosas das comarcas de Miranda e Bragança. É nestas que têm os seus centros de produção as célebres raças de gado bovino, *mirandesa* e *barrosã*.<sup>118</sup>

Além do boi, «o maior e melhor amigo do lavrador trasmontano», no dizer de Montalvão Machado,<sup>119</sup> criava-se em Trás-os-Montes o cavalo, então de alta importância para os transportes.

A coudelaria de Miranda, que adquirira certa reputação,<sup>120</sup> tinha no final de Setecentos cinco ramos,<sup>121</sup> havendo em cada um 35 éguas e um cavalo de cobrição.<sup>122</sup> A de Bragança, por sua vez,

---

116. ANTT, *Ministério do Reino*, maço 356, fl. [31]; Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), *Intercâmbio trasmontano-galaico*, sep. do «Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos», n.º 18, 1971, pp. 17-18.

117. *Ms. cit.*, v. g. pp. 11-12, 22, 25, 29, 53, 79, 130, 138, 166 e 180.

118. Ver Vergílio Taborda, *ob. cit.*, pp. 137-144.

119. *A cultura do trigo no Vale de Chaves*, p. 70.

120. A tropa que actuara em Trás-os-Montes revelara certa preferência pelos cavalos vindos dos campos de Aveiro, Coimbra, Trancoso e Miranda (ANTT, *Ministério do Reino*, maço 356, fls. [24-25]).

121. Instalados em Miranda, Algosó, Bemposta, Mogadouro e Vimioso (Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 25).

122. *Idem, ibidem*.

compreendia nove ramos,<sup>123</sup> abrangendo 183 lugares e tendo um total de 315 éguas.<sup>124</sup>

Também a criação de gado suíno, cabrum e ovelhum deveria estar muito disseminada pela província, informando Ribeiro de Castro frequentemente da existência de boas lãs.<sup>125</sup> Indica-nos, de igual modo, o número de pastores de cada povoação, distribuindo-se assim os 1 250 da província pelas quatro comarcas: Miranda — 382; Moncorvo — 540; Bragança — 87; Vila Real — 241.<sup>126</sup> Perante estes números, que ilações poderemos tirar? Como já tivemos oportunidade de referir,<sup>127</sup> não parece existir uma relação directa entre o número de pastores e a criação de gado numa determinada localidade. Só assim se explica o reduzido número de indivíduos dedicados à pastorícia na comarca de Bragança, comparativamente ao que sucedia na de Moncorvo e mesmo na de Miranda.

É muito provável que a prática da *vezeira*, pela qual a guarda do rebanho de uma aldeia cabia rotativamente a todos os possuidores de cabeças de gado,<sup>128</sup> estivesse na origem de haver tão limitado número de pastores na comarca de Bragança. O facto de em Rio de Onor e Quadramil<sup>129</sup> não existir então qualquer pastor,<sup>130</sup> torna ainda mais verosímil a hipótese aventada.

A fim de não alongar demasiado este trabalho, não trataremos aqui da indústria — aliás estudada recentemente por Fernando

---

123. Em Babe, Gastei, Izedá, Outeiro, Rebordãos, Trásbaceiro, Vale de Prados, Vila Franca e Vinhais (Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 180).

124. *Idem, ibidem.*

125. *Idem*, v. g. pp. 79 e 166.

126. *Idem*, pp. 20, 77, 164 e 246.

127. *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII*, cit., cap. III, 1.2. «Pecuária».

128. O número de dias atribuído a cada um para desempenhar tal tarefa era proporcional ao número de rezes que possuía. Em alguns casos desempenhava a dita função um pastor assalariado (cf. Vergílio Taborda, *ob. cit.*, pp. 142 (nota 1) e 150; Armando Castro, *Pastos comuns*, «Dicionário de História de Portugal», vol. III, 1968, pp. 314-316).

129. Aldeias onde a criação de gado era certamente muito praticada, mas onde os hábitos comunitários estavam também bastante desenvolvidos. Sobre a primeira aldeia indicada ver o desenvolvido trabalho de Jorge Dias, *Rio de Onor*, cit.

130. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 179.

de Sousa<sup>131</sup> e por nós próprios<sup>132</sup> —, passando assim a considerar em seguida o comércio e os meios de comunicação.

#### 4. *Comércio e meios de comunicação*

4.1 A actividade comercial trasmontana era relativamente diversificada, devido à localização da província e à importância de alguns dos seus produtos.

O comércio efectuado dentro da própria província desempenhava naturalmente uma importante função, visto tratar-se de uma economia que frequentemente tinha de bastar-se a si própria. Como asseverava José António de Sá, «Traz-os-Montes não faz commercio com os seus pães. Esta Província só trabalha em ser farta, e não passa adiante».<sup>133</sup>

As feiras continuavam a ser, na altura, de extrema importância para o comércio regional e local. O quadro de Ribeiro de Castro sobre as feiras, fornecendo as localidades e as datas das feiras mensais e anuais que se efectuavam em Trás-os-Montes,<sup>134</sup> reveste-se de certo interesse. Embora já analisado por Vergílio Taborda,<sup>135</sup> parece-nos não ter sido suficientemente realçada toda a informação que contém. Efectivamente, mais do que se poderia deduzir das palavras do A. do *Alto Trás-os-Montes* — «...o seu número cresceu extraordinariamente: de 26 povoações onde se fazia feira no fim do século XVIII, o número subiu a 53»<sup>136</sup> —, realizavam-se na província feiras mensais em 41 povoações e

---

131. *A indústria de Trás-os-Montes (1780-1813)*, Vila Real, Cadernos Culturais, II, 1977; *A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)*, «Revista de História Económica e Social», n.º 2, Julho-Dezembro 1978, pp. 59-73.

132. *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, no prelo (cap. III, 2. «A indústria»).

133. *Dissertações philosophico-políticas* [...], p. 41.

134. *Ms. cit.*, p. 14.

135. *Ob. cit.*, pp. 185-186. Apesar de o A. só ter conhecido o resumo do trabalho de Ribeiro de Castro, dele também consta o quadro das feiras da província (cf. *Ilustração Trasmontana*, 1908, p. 182).

136. *Ob. cit.*, p. 186.

anuais em 23, havendo em 8<sup>137</sup> delas simultaneamente feiras mensais e anuais.<sup>138</sup>

Pelo testemunho do «juiz demarcante» — que dá informações várias sobre o comércio em diversas povoações<sup>139</sup> — ficamos também a saber que se localizavam em Chaves e Vila Real os centros onde o comércio estava mais desenvolvido. Assim, em Chaves existiam 97 lojas de toda a qualidade de fazenda, para cuja manutenção muito contribuía o consumo que fazia a tropa ali aquartelada.<sup>140</sup> Em Vila Real, por sua vez, existiam inumeráveis lojas na «vila» e lugares do termo.<sup>141</sup>

Elucidativa é também a distribuição dos negociantes pela província.

#### QUADRO II — NEGOCIANTES EM TRÁS-OS-MONTES NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII<sup>142</sup>

Comarca	Total	Cabeça da Comarca		Povoação com maior número de negociantes	
		Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Miranda	40	11	27,5	13 <sup>143</sup>	32,5
Moncorvo	164	12	7,3	51 <sup>144</sup>	31,1
Bragança	139	22	15,8	117 <sup>145</sup>	84,2
Vila Real	351	187	53,3	68 <sup>146</sup>	19,4
Província	694			187 <sup>147</sup>	26,9 <sup>148</sup>

137. Às localidades de Chacim, Mirandela, Chaves e Mogadouro (V. Tabora, *ob. cit.*, p. 185), acrescentem-se as de Dona Chama, Moncorvo, Vilarinho — certamente da Castanheira — e Vizo (*ms. cit.*, p. 14).

138. Como se sabe, as feiras anuais começavam entretanto a ser contestadas, em favor dos mercados (cf. Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, *Memoria sobre a preferencia que entre nós merece o estabelecimnto dos mercados ao uso das feiras de anno para o commercio intrinseco*, «Memorias Economicas...», t. II, 1790, pp. 1-15).

139. *Ms. cit.*, entre outras, pp. 40, 66-67, 123, 144 e 181.

140. *Idem*, pp. 195-196.

141. *Idem*, p. 262.

142. Quadro elaborado com base nos dados numéricos fornecidos por Reibeiro de Castro (*ms. cit.*, pp. 20, 77, 164 e 246).

As notas 143 a 148 encontram-se na p. seguinte.

Do quadro apresentado ressalta essencialmente o seguinte:

a) A concentração de 50,6% dos negociantes da província na comarca de Vila Real e, dentro da comarca, 53,3% na respectiva sede.<sup>149</sup> Para tal facto contribuía fundamentalmente o desenvolvimento agrícola da região e a sua localização nas proximidades do Douro, o que a tornava propícia à actividade comercial.<sup>150</sup>

b) Nas restantes comarcas, não eram as respectivas sedes que concentravam percentagens mais elevadas de negociantes, mas sim outras povoações, destacando-se o caso de Chaves, que acumulava 84,2% dos negociantes da comarca, o que mostra bem o dinamismo comercial da região.

c) A comarca de Miranda, tal como sucedia em vários outros domínios, também no comércio se apresentava pouco desenvolvida.

Trás-os-Montes também mantinha obviamente relações comerciais com o exterior, sobretudo com o Porto, as províncias limítrofes — Minho e Beira — e com a Espanha.

Dos vários produtos escoados pelo rio Douro para o Porto — vinho, fruta, algum azeite e outros<sup>151</sup> —, uma parte destinava-se ao consumo na própria cidade<sup>152</sup> e outra à exportação, cabendo nesta lugar destacado ao vinho.

Era também pelo Douro que entrava na província uma porção significativa dos géneros de que carecia. Como é do conhecimento

---

143. Algosó.

144. Vila Flor.

145. Chaves.

146. Santa Marta de Penaguião.

147. Vila Real.

148. Enquanto as percentagens anteriores são referentes ao total de cada comarca, esta refere-se logicamente ao total da província.

149. Como constatou o Conde de Hoffmannsegg, Vila Real já era um centro de comércio considerável (cf. M. Link, *Voyage en Portugal par le Comte de Hoffmannsegg [...], faisant suite à son voyage dans le même Pays*, Paris, 1805, p. 17).

150. Cf. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 262, 300, 309 e 319.

151. Cf. P.º Agostinho Rebêlo da Costa, *Descrição topográfica e histórica da cidade do Pôrto*, 2.ª ed. Porto, 1945, pp. 82 e 234.

152. Como salientou Guerra Tenreiro, o Porto era o mercado por excelência da região duriense (*Douro. Esboços para a sua história económica*, 1941, p. 68).

geral, o surto de desenvolvimento verificado na Régua relaciona-se com as ligações comerciais entre o Alto Douro e a cidade do Porto.<sup>153</sup>

Para o Minho vendia-se, entre outros produtos, gado, sobretudo da região do Barroso,<sup>154</sup> mantendo-se ainda com aquela província um interessante comércio de troca, que consistia em cedermos centeio,<sup>155</sup> recebendo sal.<sup>156</sup>

Sendo Trás-os-Montes a província com maior extensão de fronteira terrestre, era natural que se processasse intenso comércio com o país vizinho. Ribeiro de Castro alude expressamente ao comércio recíproco com o Reino de Castela, em Freixo de Espada à Cinta,<sup>157</sup> com o Reino de Galiza, em Vilar Seco da Lomba,<sup>158</sup> ao mesmo tempo que indica o rendimento das diferentes alfândegas trasmontanas.

---

153. Aludindo ao Peso da Régua, declarou Rebelo da Fonseca: «[...] tem hum grande caés na borda do Douro, que he onde se embarção a maior parte dos vinhos de todo o Penaguião, e aonde se descarregão muitas fazendas, que vão do Porto, para o que ha muitos armazens que estão no lugar da Regua, junto do mesmo caes» (*Descrição economica do [...] «Alto Douro», «Memorias Economicas...», t. III, p. 51*).

154. Como sucedia mais tarde: «De Barroso saem para o Minho grandes manadas de vitelos que ali se fazem bois de trabalho ou de açougue» (Vergílio Tabora, *ob. cit.*, p. 187).

155. Segundo informa A. Silbert, o centeio destinava-se ao pagamento de pensões nesta espécie (*Le problème agraire [...]*, p. 288 e nota 6).

156. Algum tempo depois, esclarece Moraes Mendonça que todos os anos, em Setembro e Outubro, se permutavam mais de 6 000 alqueires de centeio por outros tantos do sal, reprovando, no entanto, que não fossem os próprios habitantes do Barroso levar o centeio ao Minho e buscar o sal, pois excluindo os que entravam na classe dos pobres, todos tinham a sua égua, juntas de vacas e carros, para o fazerem (*Memoria [...] do concelho de Mont'Alegre ou Barroso [...]*, «Jornal de Coimbra», vol. III, p. 338 e respectiva nota).

157. *Ms. cit.*, p. 117.

158. *Idem*, p. 62.

QUADRO III — RENDIMENTO DAS ALFÂNDEGAS  
DE TRÁS-OS-MONTES EM 1792<sup>159</sup>

Comarca	Localidade da alfândega	Rendimento		Porcentagem	
		Parcial	Total	Em relação à comarca	Em relação à província
Miranda	Miranda	150 000	1 450 000	10,5	1,7
	Bemposta	100 000		6,9	1,1
	Vinhais	1 200 000		82,8	13,7
Moncorvo	Freixo de Espada à Cinta	240 000	240 000	100	2,7
Bragança	Bragança	2 900 000 <sup>160</sup>	6 700 000	43,3	76,2
	Chaves	3 000 000 <sup>160</sup>		44,8	
	Montalegre	300 000		4,5	
	Outeiro	500 000		7,4	
Vila Real	Vimioso	400 000	400 000	100	4,6
Província			8 790 000		100

Face aos dados expostos, podemos concluir que:

a) Era nas comarcas de Bragança e Miranda que o movimento alfandegário se apresentava mais intenso, devido essencialmente à sua localização.

b) As alfândegas de Chaves e Bragança contribuíram com 67,1% para o rendimento total das alfândegas da província, seguindo-se-lhes, embora com montante muito inferior, Vinhais.

159. Quadro elaborado com base nos elementos fornecidos por Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, «Mappa do rendimento e povoação da província de Trás-os-Montes...».

160. Números extraídos das pp. 168 e 186 do *ms. cit.*, visto os do «Mappa do rendimento...», indicado na nota anterior, estarem errados.

Assim, era na zona de Chaves a Bragança que a movimentação de mercadorias entre Portugal e Espanha se revelava mais intensa.<sup>161</sup>

As transacções entre o Nordeste e as regiões limítrofes espanholas basear-se-iam certamente no gado,<sup>162</sup> pão,<sup>163</sup> vinho,<sup>164</sup> peixe,<sup>165</sup> além de outros produtos.

Concluindo estas breves referências ao comércio, deve lembrar-se que o quadro traçado fica necessariamente incompleto, visto faltarem-nos dados sobre o contrabando, que certamente seria de considerável envergadura quase em toda a fronteira trasmontana.<sup>166</sup>

4.2 O desenvolvimento do comércio era extraordinariamente limitado não só pelos numerosos impostos a que estava sujeito<sup>167</sup> e pela diversidade das medidas,<sup>168</sup> mas ainda pela carência de uma rede de transportes capaz. Este facto, que se verificava em todo o País no período abordado, agravava-se em certas zonas do interior, como a trasmontana.

As comunicações da província efectuavam-se por via fluvial e terrestre. A primeira realizava-se fundamentalmente no rio Douro e seus afluentes, em barcas de longo curso ou de passagem,

---

161. Sobre o movimento de azeite e vinho saídos pelas alfândegas trasmontanas em 1821, ver ANTT, *Ministério do Reino*, maço 493, entre os n.º 14.º e 15.º.

162. Moraes Mendonça informa que da região do Barroso iam buscar porcos à Galiza (*Memória* cit., «Jornal de Coimbra», vol. III, pp. 339-340).

163. *Idem*, p. 337.

164. Cf. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 62.

165. Alguns anos mais tarde, temos notícia acerca da sardinha vinda, de contrabando, da Galiza para Trás-os-Montes (*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. XXIII, 1818, p. 225).

166. Nas *Respostas das camaras*, cit., há alusões à ida de gado da região de Miranda para Espanha (AAR, cx. 103, doc. 37, fls. 4v.-5). Para além desta e de outras informações dispersas que poderíamos coligir — por exemplo, Ribeiro de Castro refere-se à necessidade de deter os contrabandistas, na zona de Bemposta (*Nova demarcação...*, p. 16) —, elas ficariam sempre incompletas, pois como frisou Borges de Macedo, as fronteiras da Beira, Trás-os-Montes e Alentejo são regiões tradicionais de contrabando, praticado por portugueses e espanhóis (*Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, p. 205).

167. Os mais frequentes eram: açougagens, portagens, ochaves e alcaualas (*Dicionário de História de Portugal*, vol. III, p. 34).

168. Cf. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 15 e 124.

a que há várias referências no manuscrito de Ribeiro de Castro.<sup>169</sup> Ao tratar de diversas povoações durienses, o «juiz demarcante» de Trás-os-Montes sublinha frequentemente o contributo do Douro para o desenvolvimento das mesmas.<sup>170</sup> Dá ainda bastante relevo à demolição do Cachão da Valeira,<sup>171</sup> obra que permitiria a navegação no Douro a nascente daquele local e que foi, para a época, um empreendimento considerável.<sup>172</sup>

A povoação de Barqueiros dispunha de uma espécie de rede fluvial de transporte, pois usufruía de 54 barcos em que se ocupavam 347 homens — 54 barqueiros arrais e 293 marinheiros — que estabeleciam a ligação entre a região do Douro e a cidade do Porto.<sup>173</sup>

Quanto aos transportes terrestres, a situação apresentava-se bem mais difícil. As estradas eram em número reduzido<sup>174</sup> e o seu estado geralmente precário. Dessa situação temos vários testemunhos — Luís Ferrari Mordau,<sup>175</sup> A. Balbi<sup>176</sup> e o Conde de Hoffmanssegg,<sup>177</sup> entre outros — que não deixam dúvidas acerca do mau estado das estradas no interior do País e na própria província trasmontana.

Ribeiro de Castro, por seu lado, fez considerações várias sobre a estrada do Marão, «a mais aspera da Província e talvez do Reino», segundo afirmava, dando sugestões acerca da forma de a melhorar — sobre o traçado e o modo de conseguir verbas —,

---

169. *Ms. cit.*, pp. 25, 45, 82, 96-97, 112-113, 115, 120, 126, 149 e 298.

170. *Idem*, pp. 262, 273, 309 e 319.

171. *Idem*, pp. 100-101.

172. Ver José Joaquim da Costa Lima, *O Cachão da Valeira e o regime económico-demográfico da Região do Douro*, «Congresso do Mundo Português», vol. XVIII, t. II, Lisboa, 1940, pp. 821-834; A. Guerra Tenreiro, *Douro. Esboços para a sua história económica*, 1941, pp. 189-190; Orlando Ribeiro, *Localização e destino dos centros urbanos de Trás-os-Montes*, «Finisterra», vol. VII, n.º 13, 1972, p. 50.

173. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 276-277.

174. Como se pode verificar, por exemplo, através da carta militar publicada por J. Borges de Macedo (*ob. cit.*, entre as pp. 142 e 143).

175. Moses Bensabat Amzalak, *O «Despertador da agricultura de Portugal» e o seu autor, o intendente D. Luiz Ferrari Mordau*, Lisboa, 1951, p. 73.

176. *Ob. cit.*, t. I, pp. 411-412 e 479-480.

177. M. Link, *Voyage en Portugal par le Comte de Hoffmanssegg [...]*, p. 10.

declarando ser esta a mais útil providência que se poderia fazer a Vila Real.<sup>178</sup> Dá ainda indicações sobre diversas pontes então existentes na província.<sup>179</sup>

Almocreves, caminheiros e carreteiros<sup>180</sup> tinham necessidade de utilizar, além das estradas, diversos caminhos, sendo os primeiros e os últimos auxiliados na sua tarefa pelos animais de carga. O gado muar prestava certamente relevantes serviços, como sucedeu ainda por várias décadas.<sup>181</sup> Também por muito tempo se manteve — e, em certa medida, se mantém — o panorama desolador das comunicações em Trás-os-Montes. Moraes Soares, defendendo a necessidade de abertura de uma estrada de Braga a Chaves, escrevia, já no terceiro quartel do século passado: «A região, chamada Barroso, e que alguns denominam a Sibéria portuguesa, pela agrura do seu território, e destempero do seu clima, collocada entre Braga e Chaves é, bem se póde dizer, mina de riqueza, que ainda está por explorar.

D'ali desce o carvão que se consome em Braga e Chaves, mas com que custo?»<sup>182</sup>

Havendo, embora, outros aspectos económicos que poderiam ser abordados,<sup>183</sup> a índole deste trabalho leva-nos a prosseguir com uma breve análise da sociedade.

---

178. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, pp. 202-207.

179. Idem, *ibidem*, pp. 350-353.

180. Como escreveu Borges de Macedo, tratava-se de um corpo social, «[...] constituído por caminheiros, almocreves, carreteiros, barqueiros, fragateiros e homens do mar, instrumentos da respiração económica do País e que ao mesmo tempo a condicionam» (*ob. cit.*, p. 131).

181. «O gado muar é o mais prestadio ao serviço dos almocreves, e são, se assim se póde dizer, o unico meio de comunicação, que existe entre as provincias do Minho e de Traz-os-Montes» (*O Archivo Rural*, vol. VI, 1863, p. 446).

182. R. de Moraes Soares, *Estrada de Braga a Chaves*, «O Archivo Rural», vol. VI, 1863, p. 539. Já alguns anos antes, o mesmo A. dizia, referindo-se a Trás-os-Montes, apodrecerem os produtos nas localidades, por falta de estradas (*Cultura e exportação da batata*, «O Archivo Rural», vol. I, 1858, p. 620).

183. Ver *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII...*, cit., cap. III («A vida económica»), onde, além dos pontos aqui tratados, focámos outros, como a indústria, minas e águas minerais, tributos, pesos e medidas.

## 5. Estrutura social trasmontana nos fins do século XVIII

Encontramos em Trás-os-Montes no período focado uma sociedade de Antigo Regime, estruturada em ordens ou estados,<sup>184</sup> onde o clero, a nobreza e o braço popular<sup>185</sup> ainda se podem detectar através dos testemunhos.

Embora de forma breve, focaremos os estratos sociais privilegiados e os não privilegiados.

5.1 Como privilegiados, destacavam-se a nobreza e o clero, embora a fortuna, a carreira das letras e o exercício de algumas actividades pudessem também conceder certos privilégios.

A nobreza detinha parte considerável da propriedade fundiária, base do seu poderio económico e social, como sucedia no país vizinho.<sup>186</sup> Por outro lado, eram-lhe concedidas mercês de vária ordem, as quais se poderiam traduzir na atribuição de tenças, na administração de capelas, na cobrança de determinados tributos ou, então, como donatários, comendadores,<sup>187</sup> etc., bem como através de um desigual tratamento perante a lei.<sup>188</sup>

---

184. Cf. Roland Mousnier, *Problèmes de stratification sociale*. Actes du Colloque International (1966), publiés par [...], Paris, 1968; *Les hiérarchies sociales de 1950 à nos jours*, Paris, 1969; *La stratification sociale à Paris aux XVII et XVIII siècles*, Paris, 1976.

185. Esta «é uma divisão jurídica, por um lado, é, por outro, uma divisão de valores e de comportamentos que estão estereotipados, fixados de uma vez para sempre, salvo raras excepções. Cada qual ocupa uma posição numa hierarquia rígida, segundo tem ou não títulos e tem ou não direito a certas formas de tratamento» (Vitorino Magalhães Godinho, *Sociedade portuguesa (séculos XV-XIX)*, «Dicionário de História de Portugal», t. IV, Lisboa, 1971, pp. 31-32). Cf. também R. Mousnier, *Les hiérarchies sociales...*, p. 43.

186. *Historia económica y social de España y América*, cit., p. 12. Faltam elementos para se saber que lugar ocupava Trás-os-Montes em relação a Espanha, onde 51% do solo pertencia à nobreza, 16,5% ao clero e 32% aos plebeus (cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, 1977, p. 95).

187. Sobre as origens e a amplitude de algumas destas mercês na província ver Conde de São Payo (D. António), *Esboço da carta histórica da Província de Trás-os-Montes. (Séculos XIII a XIX)*, «Congresso do Mundo Português», II vol., 1940, pp. 419-433).

188. Como observou Oliveira Martins, a fidalguia constituía mesmo o traço particular da sociedade portuguesa do fim do século XVIII e primeira metade do século XIX (*História de Portugal*, cit., p. 501).

Ribeiro de Castro refere, por exemplo, a existência de uma capela de que faziam parte várias propriedades, localizadas no Vale da Vilarça e lugares vizinhos, da qual fora feita mercê régia a Martinho Carlos de Miranda, capitão-mor da vila de Outeiro, cujo rendimento anual era de 28 800 réis.<sup>189</sup>

Por sua vez, a administração de todos os bens das comarcas de Bragança e Miranda, pertencentes à represália, fora atribuída, igualmente por mercê régia e com carácter hereditário, a Francisco de Paula Correia de Castro, da cidade de Bragança.<sup>190</sup> Os referidos bens deviam ser em número e valor consideráveis, se tivermos em conta a acção ali desempenhada, em vários domínios, por muitos Judeus<sup>191</sup> e, paralelamente, a repressão que sobre eles foi exercida pela Inquisição.<sup>192</sup>

Entre as «pessoas sem ocupação», de cujo número dispomos,<sup>193</sup> provavelmente também se incluíam indivíduos da nobreza, mas não sabemos quantos. O mesmo é válido em relação às pessoas literárias.

Da função militar, tradicionalmente reservada aos nobres — sobretudo em sectores de comando —, ainda notamos claros vestígios no final de Setecentos. Conhecemos, assim, os nomes dos capitães-mores e sargentos-mores que, nos fins do século XVIII, exerciam funções no Nordeste, contrariamente ao que se verifica com os capitães e ajudantes, de quem Ribeiro de Castro só nos apresenta o número.<sup>194</sup>

O clero, regular e secular, constituía outro dos estratos sociais privilegiados, embora se deva distinguir, quanto a privilégios, a alta hierarquia eclesiástica dos párocos de aldeia. Encontra-se no manuscrito de Ribeiro de Castro o número do clero regular e

---

189. *Ms. cit.*, p. 158. Sobre outras capelas ver pp. 73, 158-159 e 338.

190. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, p. 242.

191. Ver Luiz de Bivar Guerra, *Os Judeus no artesanato, nas profissões liberais e no comércio do distrito de Bragança*, «Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal». Actas do Colóquio, Lisboa, 1975, pp. 473-485; Paula Bordalo Lema, *A função de algumas aldeias diferenciadas no Nordeste Trasmontano. Para um estudo da hierarquia das distâncias*, «Finisterra», vol. VII, n.º 13, 1972, pp. 71-101.

192. Entre outros trabalhos, ver P.º Miranda Lopes, *Carção, concelho de Vimioso*, Porto, 1939, pp. 5-7.

193. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, diversos quadros estatísticos.

194. *Idem*, pp. 71, 156, 240 e 336.

secular, bem como alguns dados sobre os conventos então existentes na província trasmontana.<sup>195</sup> Porém, como esta matéria foi recentemente estudada por Joel Serrão e outros autores,<sup>196</sup> pouco acrescentaremos.

O número de eclesiásticos na província — 2 577 seculares e 275 regulares, ou seja um total de 2 852<sup>197</sup> —, ainda que não apresente diferenças muito acentuadas em relação ao que se verificava em zonas limítrofes<sup>198</sup> e fosse mesmo uma constante do Antigo Regime peninsular,<sup>199</sup> é bastante elevado para as reduzidas potencialidades económicas de vastas zonas da província. Na verdade, uma média de 3,6 padres (seculares) por freguesia é relativamente alta,<sup>200</sup> para o que certamente contribuíam não só motivos religiosos mas também económico-sociais. Tratava-se, em muitos casos, de conseguir para a família um certo apoio, como nos revela um testemunho pouco posterior: «Nasce o filho, diz logo seu Pai, tu serás destinado para a Vida Eclesiastica, por ella te constituo o sustentaculo e firmeza da minha velhice, o lustre e apoio de toda a minha familia».<sup>201</sup>

---

195. *Ms. cit.*, pp. 20, 72, 77, 157, 164, 241, 246 e 337.

196. *População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII*, «Análise Social», vol. XII, n.º 47, 1976-3.º, especialmente pp. 760-762. Ver também o nosso trabalho, *cit.*, cap. IV («A Sociedade»), 1.3. «O clero».

197. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, «Mappa total da existente população...».

198. Cf. Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, pp. 761-762.

199. *Idem, ibidem*, p. 753.

200. Excentuando a comarca de Vila Real, onde a média atingia os 6,8, as médias das restantes comarcas apresentavam-se equilibradas: Miranda — 2,4; Moncorvo — 2,8; e Bragança — 2,9 (cf. Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, número de freguesias, pp. 8, 22, 79, 166 e 248; número de padres, pp. 20, 77, 164 e 246).

201. *Memoria sobre o estado actual do clero portuguez e sua necessidade de reforma*. «O Investigador Portuguez em Inglaterra», vol. X, 1814, p. 15. Moraes Mendonça, por seu turno, na *Memória sobre Montalegre*, *cit.*, escreveu: «A paixão dominante dos habitantes de Barroso he ordenarem hum filho, ainda que seja unico: nisto consiste o cume da sua felicidade, e são rarissimos os que destinam para apprenderem as Sciencias e as Artes» (*Jornal de Coimbra*, vol. III, 1813, p. 328, em nota. Já citado, em parte, por Fernando de Sousa, *Subsídios para a história social do Arcebispado de Braga*, p. 17, nota 27).

5.2 Finalmente consideremos o estrato popular, não privilegiado e, sem dúvida, o mais numeroso. Uma grande parte deste constituía a população activa — também já estudada<sup>202</sup> —, distribuída pelos sectores primário, secundário e terciário.

Através dos numerosos quadros estatísticos apresentados por Columbano Ribeiro de Castro, ficamos a saber como se distribuía a população pelos diversos sectores, sobretudo no que respeita ao sexo masculino, dado que, em relação ao feminino, apenas temos indicada a actividade de criada, não obstante noutras partes do seu manuscrito fornecer elementos — entre os quais alguns numéricos — sobre a actividade feminina na indústria. Informa-nos, igualmente, que as mulheres colaboravam também nas fainas agrícolas, afirmando expressamente: «Os homens são corpulentos, robustos e muito aptos para o serviço militar — por causa da aspereza da situação —, valentes e cobiçosos de honra; as mulheres são igualmente fortes e ajudam seus maridos na cultura das terras».<sup>203</sup>

As actividades agrícolas — de lavrador e jornaleiro — dedicavam-se 35,2% do número total de homens trasmontanos, sendo os jornaleiros cerca de metade dos lavradores.<sup>204</sup>

Quanto à situação de uns e outros, pouco sabemos. Como já vimos, a maioria dos designados por «lavradores» deveriam ser pequenos proprietários. Apesar de Ribeiro de Castro ser parco em informações acerca daqueles cujo estrato social diferia do seu, algo nos diz, por exemplo, sobre o que se passava nos lugares do termo de Mirandela, que iam ficando despovoados: «[...] o que tem sido cauza, em huns, as molestias e, em outros, os foros que pagavão e pelos não quererem satisfazer dezertarão para outras terras».<sup>205</sup>

Este testemunho, sobre Mirandela e termo, parece-nos significar existir ali na altura uma situação precária entre os trabalhadores rurais e eventualmente entre os pequenos proprietários.

---

202. Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, pp. 748-760. Ver também *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII...*, cit., cap. IV: «A sociedade».

203. *Ms. cit.*, p. 10.

204. O número de homens era de 122 966, 28 793 dos quais eram lavradores e 14 498 jornaleiros (Ribeiro de Castro, *ms. cit.*, «Mappa total da existente população...»).

205. *Ms. cit.*, p. 122.

Poderá referir-se à mesma realidade uma informação um pouco posterior, de Moraes Mendonça, também sobre Mirandela. Ao sugerir que se limitasse, na região do Barroso, a alienação de terrenos partilhados para o cultivo, comenta: «[...] pois tem mostrado a experiência que muitas terras, onde semelhantes partilhas se tem feito, que os pobres vendêrão aos ricos, e podendo ficar remediados, se reduzirão á maior miséria, não conservando um palmo de terra, para assim dizer, em que podessem plantar uma couve. Assim aconteceu, na villa de Mirandella, ha poucos annos».<sup>206</sup>

De Vilas Boas, ao Sul de Mirandela, Ribeiro de Castro dizia encontrar-se pobre a população, por pagarem muitos foros, tanto aos donatários como a outros, pelo que desanimavam e desertavam para outras partes.<sup>207</sup>

Em suma: verificar-se-ia na região de Mirandela uma certa proletarização dos pequenos proprietários — que se viam obrigados a vender as suas terras aos mais ricos — e a imposição de pesados foros, o que terá levado alguns habitantes a abandonar as próprias terras a fim de se fixarem noutras.<sup>208</sup>

Sobre a população dos sectores secundário e terciário temos fundamentalmente dados quantitativos, que também já foram objecto de estudo.<sup>209</sup>

Dos estratos mais desfavorecidos da população, sabemos algo sobre as freguesias de Castro Vicente e de Rebordãos. Na primeira, as pessoas podem agrupar-se em: muito pobres 12%; pobres 35%; ricas e remediadas 53%.<sup>210</sup> Na segunda, por seu turno, verifica-se a seguinte distribuição, relativamente ao século

---

206. *Memoria que contém huma pequena descripção de Mont'Alegre ou Barroso [...]*, «Jornal de Coimbra», vol. III, p. 337, em nota.

207. *Ms. cit.*, pp. 144.

208. Estas informações, ainda que em número reduzido, revestem-se de algum significado, devido à escassez de elementos sobre a matéria relativos à região trasmontana. Considere-se, por exemplo, o escasso número de representações da província de Trás-os-Montes remetidas às Cortes Liberais (cf. A. Silbert, *Le problème agraire portugais ou temps des premières Cortes Libérales (1821-1823)*, pp. 16-17).

209. Joel Serrão e outros, *ob. cit.*, pp. 748-760; e o nosso trabalho, *cit.*, caps. III e IV.

210. Berta das Dores Afonso, *ob. cit.*, p. 161.

XVIII: muito pobres 5%; pobres 18%; ricos e remediados 77%.<sup>211</sup>

Como que ocupando uma posição intermédia, entre os privilegiados e os não privilegiados, poderíamos indicar parte do funcionalismo — do qual Ribeiro de Castro fornece longas listas de nomes e rendimentos<sup>212</sup> — e certas profissões, como as de boticário e cirurgião,<sup>213</sup> que fariam parte de uma espécie de «estado médio».<sup>214</sup>

Finalizamos, assim, a abordagem de *alguns* aspectos económico-sociais da província de Trás-os-Montes, pois o estudo de todos eles estava obviamente fora dos nossos objectivos.

---

211. Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim, *ob. cit.*, p. 98.

212. *Ms. cit.*, pp. 68-70, 152-155, 235-239 e 329-335.

213. *Idem*, quadros estatísticos.

214. Cf. R. Mousnier, *Problèmes de stratification social*, cit., p. 184.